COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 534, DE 2011

Susta os efeitos do § 7º, do art. 1º da Portaria n. 1, de 22 de janeiro de 2010, do Ministério da Educação, que veda, em qualquer hipótese, a concessão de financiamento por meio do FIES a cursos superiores ministrados na modalidade de ensino a distância (EAD).

Autor: Deputado DUARTE NOGUEIRA
Relator: Deputado GILMAR MACHADO

I – RELATÓRIO

Pelo projeto de decreto legislativo em epígrafe, pretende seu autor sustar os efeitos do § 7º do art. 1º, da Portaria Normativa nº 1, de 22 de janeiro de 2010, do Ministério da Educação, que *“dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES, regulamenta a adesão de mantenedoras de instituições de ensino não gratuitas e dá outras providências”*.

O texto do dispositivo em questão é o seguinte:

“Art. 1º

.....

§ 7º É vedada, em qualquer hipótese, a concessão de financiamento por meio do FIES a cursos superiores na modalidade de ensino a distância (EAD)”.

Argumenta o autor da proposição que o art. 1º da Lei nº 10.260, de 2001, que institui o FIES, define como destinatários do seu financiamento os *“estudantes regularmente matriculados em cursos superiores não gratuitos e com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação, de acordo com regulamentação própria”*, bem como os *“estudantes matriculados em cursos da educação profissional e tecnológica,*

bem como em programas de mestrado e doutorado com avaliação positiva, desde que haja disponibilidade de recursos”.

No entender do autor, a Lei não faz distinção entre cursos oferecidos na modalidade presencial ou na modalidade à distância. Desse modo, conclui, em sua justificação, que *“cotejando a regra do § 7º, do art.1º da Portaria n. 1, de 22 de janeiro de 2010, do Ministério da Educação, com o que dispõe a Lei n. 10.260, de 2001, percebe-se que o Ministério da Educação extrapolou sua competência regulamentar, ao criar redação que deveras não está contida na lei”.*

Afirma então que *“a Lei n. 10.260, de 2001, não restringe a abrangência do FIES aos cursos oferecidos na modalidade presencial. A redação do art. 1º menciona tão somente a exigência de que se trata de “cursos superiores não gratuitos e com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação”. Não consta da lei qualquer espécie de restrição ou tratamento diferenciado no tocante aos cursos à distância. Ademais, corroborando a mesma interpretação, convém destacar que os cursos à distância, tal como os cursos presenciais, também se submetem à avaliação prevista no § 2º da Lei n. 10.260, de 2001, não existindo, na legislação do FIES, qualquer distinção que justificasse a discriminação constante do § 7º, do art.1º da Portaria n. 1, de 22 de janeiro de 2010, do Ministério da Educação”.*

Esse o objetivo da proposição, assim justificada por seu autor.

Transcorrido o prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto, no âmbito desta Comissão.

II – VOTO DO RELATOR

Tem razão o autor quando afirma que a Lei nº 10.260, de 2001, não discrimina a modalidade de cursos superiores cujos estudantes podem ser beneficiários do FIES. No entanto, a mesma Lei dispõe, no inciso I do seu art. 3º, que a gestão do Fundo caberá ao Ministério da Educação, *“na qualidade de formulador da política de oferta de financiamento e de supervisor da execução das operações do Fundo”.*

O §1º do mesmo artigo incumbe o MEC de editar regulamento que deve dispor, entre outras questões, sobre *“as regras de seleção de estudantes a serem financiados pelo FIES”* (inciso I do dispositivo).

Ora, se é fato que a Lei não discrimina, em princípio, a modalidade de cursos, faculta ao MEC definir a política de oferta do financiamento. É que o que faz Portaria em questão, ao estabelecer, ao menos para o momento presente, o financiamento apenas para estudantes matriculados em cursos presenciais. Do mesmo modo, a modalidade de curso

assim escolhida pode ser considerada uma regra para seleção de estudantes a serem financiados.

Se a opção de política adotada pode ser discutida, alegando-se igualdade de valor legal e de padrões de qualidade entre cursos presenciais ou à distância, isto é outra questão.

Sob a ótica da gestão do financiamento da educação superior, não parece, porém, que o Ministério tenha ultrapassado os limites da sua competência legal sobre a matéria. E tampouco isto parece resultar em desqualificação ou enfraquecimento das políticas públicas nessa área. Pode-se pensar, por exemplo, em etapas sucessivas, ao longo do tempo, em que, atendida a demanda nos cursos superiores presenciais e/ou ampliados os recursos disponíveis, e consolidados os procedimentos de avaliação dos cursos oferecidos à distância, venham os estudantes desses últimos também a ser beneficiados pela oferta de financiamento pelo FIES.

Tendo em vista o exposto, voto pela rejeição do projeto de decreto legislativo nº 543, de 2011.

Sala da Comissão, em 22 de maio de 2012.

Deputado GILMAR MACHADO
Relator